



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 100

QUARTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	7497
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	7508
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	7509
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	7586
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	7599
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	7600
EDITAIS E AVISOS.....	7623

Supremo Tribunal Federal

Presidência

PORTARIA DE 22 DE MAIO DE 1992

O MINISTRO SYDNEY SANCHES, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nos termos do art. 28 do Regimento Interno,

R E S O L V E constituir, na forma abaixo, as Comissões Permanentes previstas no art. 27, § 1º, do Regimento Interno:

I - COMISSÃO DE REGIMENTO

Ministro Moreira Alves
Ministro Carlos Velloso
Ministro Francisco Rezek
Ministro Ilmar Galvão - Suplente

II - COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Ministro Sepúlveda Pertence
Ministro Celso de Mello
Ministro Marco Aurélio

III - COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Ministro Néri da Silveira
Ministro Sepúlveda Pertence
Ministro Ilmar Galvão

IV - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO

Ministro Octavio Gallotti
Ministro Paulo Brossard
Ministro Carlos Velloso

MINISTRO SYDNEY SANCHES

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
BIBLIOTECA

ÍNDICE DE ADVOGADOS

ADER PEREIRA FERNANDES
ARIOSTO DE FREITAS

1 0021515-1/160
1 0021516-0/160

DISTRIBUIÇÃO

QUINQUAGESIMA QUARTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1992, PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 66, RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEQUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

HC 0069481-1/130 RS
RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
IMPTE. : MAGALI PEREIRA DUARTE
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PARTE. : LUIZ CARLOS RODRIGUES DUARTE
DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO

HC 0069485-3/130 RS
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA
IMPTE. : AMADEU DE ALMEIDA WEINMANN
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PARTE. : SAUL SZLEF SZWARCBERG 7AK
DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO

MS 0021515-1/160 MS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
IMPTE. : AURELIANO FERREIRA DA SILVA
ADV. : ADER PEREIRA FERNANDES
IMPDO. : RELATOR DO AG 142985-2 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

MS 0021516-0/160 RJ
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
IMPTE. : BALTER ARIEL COPREA FERNANDEZ
ADV. : ARIOSTO DE FREITAS
IMPDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. NERI DA SILVEIRA		1		1
MIN. OCTAVIO GALLOTTI		1		1
MIN. SEPULVEDA PERTENCE		1		1
MIN. CELSO DE MELLO		1		1
TOTAL		4		4

VAZIA MAIS HAVENDO, FUI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....RHODE POUBEL BARRETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BRAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

BRASÍLIA, 25 DE MAIO DE 1992

MINISTRO SYDNEY SANCHES
PRESIDENTE

USUÁRIO

A Imprensa Nacional está engajada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, implantado pelo Governo Federal.

Dê sua sugestão para que possamos oferecer-lhe um melhor serviço.

Imprensa Nacional — Divisão Comercial — SIG — Quadra 06, Lote 800
Brasília — DF — CEP: 70604-900

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 216-9 RIO GRANDE DO SUL

Impetrantes: Balduino Dockhorn e outros.
(Adv: Altair José Willms)
Impetrados: Congresso Nacional e INPS.

DESPACHO: Vistos, etc.
Balduino Dockhorn e outros impetram mandado de injunção, buscando implementação da norma contida no artigo 201, parágrafo 6º, da Constituição Federal, que assegura o direito à Gratificação Natalina aos aposentados e pensionistas, com base no valor dos proventos do mês de dezembro do ano a que se refere.

Sucede, porém, que o dispositivo constitucional pertinente já foi regulamentado pelo art. 40 e seu parágrafo único da Lei 8213, de 24 de julho de 1991, que aprovou o Plano de Benefícios da Previdência Social. Assim, viabiliza-se o exercício, pelos impetrantes, do direito constitucionalmente assegurado, objeto da injunção.

A falta do interesse de agir, julgo prejudicada a presente injunção, frente ao art. 38 da Lei 8038/90 e ao parágrafo 1º do art. 21 do RI/STF.

Publique-se.
Brasília, 18 de maio de 1992

Ministro ILMAR GALVÃO
Relator

HABEAS CORPUS

HABEAS CORPUS Nº 69.206-1 RIO DE JANEIRO

Coator: Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
Paciente: Nestor José do Nascimento.

DESPACHO: Vistos, etc.
A fim de melhor instruir o julgamento do Habeas Corpus nº 69.206-1, solicitem-se, ao Presidente do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, informações complementares acerca do estágio em que se encontra a ação penal a que responde o paciente Nestor José do Nascimento.

Brasília, 18 de maio de 1992

Ministro ILMAR GALVÃO
Relator

HABEAS CORPUS Nº 69.213-3 SÃO PAULO

Coator : Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Paciente : Everson Carvalho de Souza.

DESPACHO: Vistos, etc.
Trata-se de habeas corpus impetrado em benefício de Everson Carvalho de Souza, alegando constrangimento ilegal, pelo excesso de prazo injustificado em que se encontra mantido na prisão, aguardando novo julgamento.

Noticiado nos autos que o julgamento do paciente, pelo Tribunal do Júri, estaria designado para o dia 28 de abril deste ano, solicitei informações, ao MM. Juiz de Direito da 4ª Vara do Júri da Comarca de São Paulo - Foro Regional de Penha de França, a respeito do resultado proclamado.

Veio aos autos o telex MSG 5547/92, da referida autoridade, esclarecendo que o julgamento não havia se realizado em face do falecimento do paciente, ocorrido no dia 4 de abril, no Hospital do Departamento de Saúde do Sistema Penitenciário (fls. 114).

A vista disso, ficou prejudicado o habeas corpus. Com base no art. 38 da Lei 8.038/90 e no parágrafo 1º do art. 21 do RI/STF, nego-lhe seguimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de maio de 1992.

Ministro ILMAR GALVÃO
Relator

HABEAS CORPUS Nº 69.462-4 AMAPÁ. (Medida Liminar)

Impetes.: Paulo de Tarso Dias Klautau e outro - Coator: Relator do Inquérito 650-5 do Supremo Tribunal Federal -Pacte.: Sérgio Cerqueira Barcellos.

DESPACHO: Trata-se de habeas corpus impetrado em favor de Deputado Federal que sofre investigação policial pela suposta prática de delito perseguível mediante ação penal pública.

Os impetrantes, após sustentarem a ausência de justa causa para a persecutio criminis, fundados na circunstância de que "inexiste suspeita razoável da prática do crime", por parte do ora paciente (fls. 5), postulam

"... seja concedida a ordem de "HABEAS CORPUS", trancando-se o inquérito policial no qual está indiciado o paciente, Exmo. Sr. Deputado Federal SÉRGIO CERQUEIRA BARCELLOS" (fls. 6).

Apontou-se como autoridade coatora o Exmo. Sr. Ministro-Relator do Inquérito 650-5/AP, em tramitação nesta Corte, porque S. Exa., ao acolher promoção da douta Procuradoria-Geral da República, determinou a adoção de providências investigatórias (fls. 70 e 80) cuja execução vem, agora, de ser questionada na presente impetração.

Sem prejuízo da ulterior deliberação do Eg. Plenário desta Corte sobre a questão, tenho o Supremo Tribunal Federal por originariamente competente para processar e julgar a presente ação de habeas corpus, eis que o ato impugnado, não obstante requerido pela Procuradoria-Geral da República, é imputável ao eminente Ministro-Relator que ordenou a sua execução. Esse tem sido o entendimento do Tribunal, no que concerne ao tema da competência jurisdicional em habeas corpus, em casos assemelhados ao destes autos (RTJ 104/1033 - 114/223 - 118/99).

Há pedido de liminar que objetiva a sustação provisória do encaminhamento dos autos do Inquérito nº 650-5/AP ao Estado do Amapá, com a finalidade de impedir - até final julgamento do presente habeas corpus - a execução das diligências investigatórias requeridas pelo Ministério Público Federal e deferidas pelo Exmo. Sr. Ministro-Relator do mencionado inquérito (fls. 6).

Indefiro a liminar postulada, eis que a concessão dessa providência - que se reveste, sempre, de excepcionalidade - supõe o necessário concurso dos requisitos da plausibilidade jurídica da pretensão deduzida e do periculum in mora.

Não vislumbro, ao menos nesta sede de mera deliberação, a ocorrência do fumus boni juris, eis que - consoante orientação jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal

Federal - o caráter sumaríssimo da via jurídico-processual do habeas corpus não admite que nela se analise, em princípio, o tema da justa causa, especialmente quando a postulação deduzida em favor do paciente sustenta a tese da inocorrência de autoria do fato delituoso.

Essa posição da jurisprudência da Suprema Corte e dos demais Tribunais (RHC 66.812-SP. Rel. Min. ALDIR PASSARINHO; RTJ 115/1.178 -118/131 - RT 462/436 - 482/348 - 539/264) encontra pleno apoio no magistério da doutrina (DAMÁSIO E. DE



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604-900 - Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 70.800,00	Cr\$ 18.000,00	Cr\$ 64.300,00	Cr\$ 71.800,00	Cr\$ 113.600,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 39.270,00	Cr\$ 19.470,00	Cr\$ 34.650,00	Cr\$ 39.270,00	Cr\$ 71.280,00
Aéreo	Cr\$ 106.260,00	Cr\$ 52.800,00	Cr\$ 106.260,00	Cr\$ 106.260,00	Cr\$ 192.720,00
Informações:	Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM				
	Telefone: (061)226-6812				
	Horário: 7:30 às 19:00 horas				

ADVOGADO : Dr(a). EURICO LEOPOLDO DE R. DUTRA
 RECORRIDO : LADIS GOMES NOGUEIRA
 ADVOGADO : Dr(a). GERALDO CEZAR FRANCO

PROCESSO : RR 033288 / 91 - 3 . TRT DA 1a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. ALLAN KARDEC
 REVISOR : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO
 RECORRENTE : MONICA CARVALHO E OUTROS
 ADVOGADO : Dr(a). ALINO DA COSTA MONTEIRO
 RECORRIDO : CIA ELETROMECHANICA CELMA
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO CARLOS PIMENTEL

PROCESSO : RR 034932 / 91 - 6 . TRT DA 2a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. ALLAN KARDEC
 REVISOR : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO
 RECORRENTE : AUTOLATINA BRASIL S/A
 ADVOGADO : Dr(a). FERNANDO BARRETO DE SOUZA
 RECORRIDO : JAIR GARCIA LEITE
 ADVOGADO : Dr(a). PEDRO DOS SANTOS FILHO

PROCESSO : RR 036531 / 91 - 2 . TRT DA 1a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. ALLAN KARDEC
 REVISOR : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO
 RECORRENTE : BOIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
 ADVOGADO : Dr(a). HYLTON MONIZ FREIRE JUNIOR
 RECORRIDO : ARISTIDES PROCOPIO FILHO
 ADVOGADO : Dr(a). DARCY LUIZ RIBEIRO

OS PROCESSOS CONSTANTES DESTA PAUTA QUE NÃO FOREM JULGADOS NA SESSÃO A QUE SE REFEREM, FICAM AUTOMATICAMENTE ADIADOS PARA AS PROXIMAS QUE SE SEGUIREM, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA PUBLICAÇÃO.

MÁRCIO ANTERO DE CARVALHO
 Diretor da Secretária da Turma

Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 28ª SESSÃO, EM 14 DE MAIO DE 1992 - QUINTA-FEIRA
 PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira, Eduardo Pires Gonçalves e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suelly Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- EMBARGOS 46.211-6 - BA - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. EMBARGANTE: RICARDO LUIS ABREU DO COUTO, 1º Ten Ex. EMBARGADO: O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 26.09.91. Advª Drª Ronilda Noblat. - POR MAIORIA, foram rejeitados os Embargos, mantendo-se o r. Acórdão impugnado, contra o voto do Ministro ALDO FAGUNDES que os acolhia.

- APELAÇÃO 46.643-8 - DF - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. APELANTE: IVALDO ALVES DE SANTANA, Sd Ex, condenado a 02 meses de impedimento, incurso no art 183, § 2º, do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 03.02.92. Advª Drª Elizabeth Diniz Martins Souto. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal não conheceu da preliminar arguida pela douta PGJM, com fulcro no art 505, do CPPM, e, NO MÉRITO, negou provimento ao apelo.

- MANDADO DE SEGURANÇA 215-4 - DF - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. IMPETRANTE: JOSÉ HONORATO DE LIMA, ex-Auxiliar de Gabinete de Ministro I, impetra Mandado de Segurança contra ato do Exmº Sr. Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, de 13.06.91, que dispensou o impetrante da mencionada função. Advs Drs Yolanda Maria Barros e Fábio Saliba. - Na forma do art 78 do Regimento Interno, pediu VISTA o Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA, após o voto do Relator que denegou a segurança por falta de amparo legal, sendo acompanhado pelos Ministros EDUARDO PIRES GONÇALVES, JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO, WILBERTO LUIZ LIMA, CHERUBIM ROSA FILHO, EVERALDO DE OLIVEIRA REIS, JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA, ALDO FAGUNDES, LUIZ LEAL FERREIRA, JORGE JOSÉ DE CARVALHO, PAULO CÉSAR CATALDO e RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).

- APELAÇÃO 46.615-2 - AM - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. APELANTE: RICARDO SAMPAIO SOARES, Sd Ex, condenado a 04 meses de prisão, incurso no art 187, c/c o art 167, inciso I, ambos do CPM, sendo-lhe concedido, ainda, o indulto, por decisão do Exmº Sr Juiz-Auditor, de 21.01.92. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 09.12.91. Adv Dr Benedito de Jesus Pereira Tavares. - POR UNANIMIDADE, foi negado provimento ao apelo.

- APELAÇÃO 46.649-5 - DF - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. Revisor Ministro Aldo Fagundes. APELANTE: ANDERSON ALVES DA SILVA, Sd PM/DF, condenado a 02 meses de prisão, incurso no art 210 do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. APELADA: A Sentença do Conselho Perma-

nente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 20.01.92. Advs Drs Alexandre Lobão Rocha e Elizabeth Diniz Martins Souto. - POR UNANIMIDADE, foi acolhida a preliminar suscitada pelo MPM, no sentido de anular o feito, a partir de fls 142, remetendo-se os autos ao Tribunal de Justiça do DF.

- APELAÇÃO 46.557-1 - RJ - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 2ª Auditoria de Aeronáutica da 1ª CJM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Aeronáutica da 1ª CJM, de 19.09.91, que absolveu o Sd Aer MARCOS DE SOUZA, do crime previsto no art 187 do CPM. Adv Dr Josemar Leal Santana. (SESSÃO SECRETA).

- EMBARGOS 46.520-4 - PR - Relator Ministro Aldo Fagundes. Revisor Ministro Wilberto Luiz Lima. EMBARGANTE: IRINEU MOLENDIA, Sd. Ex. EMBARGADO: O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 10.12.91. Advª Drª Anne Elizabeth Nunes de Oliveira. - POR MAIORIA, foram rejeitados os Embargos, contra os votos dos Ministros ALDO FAGUNDES (Relator), LUIZ LEAL FERREIRA, EVERALDO DE OLIVEIRA REIS e EDUARDO PIRES GONÇALVES.

A Sessão foi encerrada às 18:30 horas.

Processo em mesa:

Apel 46.549-9(AF/JC)Aud 5ª proc 024/89-5 Advs Edgar L.dos Santos/outros
 Mandado de Segurança 215-4(AN) VISTA MIN GEORGE BELHAM DA MOTTA

SUELY MATTOS DE ALENCAR
 Secretária do Tribunal

ATA DA 29ª SESSÃO, EM 19 DE MAIO DE 1992 - TERÇA-FEIRA
 PRESIDÊNCIA DO MINISTRO DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA.

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Eduardo Pires Gonçalves e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suelly Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- HABEAS CORPUS 32.841-6 - AM - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. PACIENTE: JARDEL BARBOSA DE SOUSA, civil, preso preventivamente por decreto do Exmº Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 12ª CJM, alegando constrangimento ilegal, pede, liminarmente, a concessão da ordem para ser posto em liberdade. Impetrante: Dr João Thomas Luchsinger. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal conheceu do pedido e concedeu a ordem, por excesso de prazo na formação da culpa - art 467, letra "f", do CPPM.

- HABEAS CORPUS 32.840-8 - AM - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. PACIENTE: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA NERY, civil, preso preventivamente por decreto do Exmº Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 12ª CJM, alegando constrangimento ilegal, pede a concessão da ordem, liminarmente, para ser posto em liberdade. Impetrante: Dr Jair Ferreira Rodrigues. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal conheceu do pedido e concedeu a ordem para cassar o decreto de prisão preventiva lavrado contra o Paciente, com fulcro no art 467, letras "b" e "f", do CPPM.

- APELAÇÃO 46.502-2 - RJ - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. APELANTE: RUI MURAT DOS REIS, Ten Cel Aer, condenado a 02 anos de reclusão, incurso no art 310 do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. APELADA: A Sentença do Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria de Aeronáutica da 1ª CJM, de 30.07.91. Advs Drs Edison Wilson da Cruz Sodré, Maria Helena Seidl Machado Perroni, Francisco de Assis Leite Campos, Lino Machado Filho, Manoel Amaral de Salles e Janete Zdanowski Ricci. - POR MAIORIA, foi negado provimento ao apelo, contra o voto do Ministro JORGE JOSÉ DE CARVALHO que dava provimento ao recurso para absolver, com fulcro no art 439, letra "b", do CPPM. Na forma regimental, usaram da palavra o Advogado, Dr Lino Machado Filho e o Procurador-Geral, Dr Milton Menezes da Costa Filho. (OS MINISTROS GEORGE BELHAM DA MOTTA E LUIZ LEAL FERREIRA NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO).

- REVISÃO CRIMINAL 1.243-1 - SP - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Aldo Fagundes. REQUERENTE: JOSÉ VALDI DE MENESES, Cap Ten Mar, requer revisão do Processo nº 09/86-6, da 1ª Auditoria da 2ª CJM (Apelação nº 45.448-9), com a concessão de medida liminar para suspender a execução da pena a que foi condenado. Adv Dr Mário Rebello de Oliveira. - POR MAIORIA, o Tribunal julgou improcedente o pedido revisional, contra o voto do Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA que o deferia, para absolver o requerente com base no art 439, letra "e", do CPPM. POR UNANIMIDADE, foi indeferido o pedido de Defesa no sentido de, com base no art 442, do CPPM, fossem extraídas peças do processo e enviadas à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, tendo em vista a existência de crime em tese. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA fará voto em separado. Na forma regimental, usaram da palavra o Advogado, Dr Mário Rebello de Oliveira e o Procurador-Geral, Dr Milton Menezes da Costa Filho. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, em face do impedimento do Ministro ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA).

Retificação por erro de autuação: Na Apelação nº 46.556-1, constante das Atas das 21ª e 23ª Sessões, respectivamente, de 14 e 28 de abril, p. pasado, onde se lê: "... A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Aeronáutica da 1ª CJM, de 17.07.91"; leia-se: "... A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Aeronáutica da 1ª CJM, de 17.07.89".

A Sessão foi encerrada às 20:50 horas.

Processos em mesa:

Apel 46.642-0(JC/ST)11ª CJM proc 589/91-4 Advª Elizabeth D.M.Souto
 Apel 46.650-0(WL/EG)3ª/2ª CJM proc 501/92-8 Adv Ariovaldo B.Cambráia

Apel 46.549-9(AF/JC)5ª CJM proc 024/89-5 Advs Edgar L.dos Santos/outros
 Apel 46.647-9(JC/ST)2ª AUDEX proc 008/91-0 Advª Lúcia Maria Lobo
 Apel 46.610-0(ER/AN)2ª AUDEX proc 005/91-0 Adv Josema Leal Santana
 Apel 46.645-4(JC/ST)11ª CJM proc 085/91-0 Advª Elizabeth D.M.Souto
 Apel 46.607-1(RF/ST)2ª AUDEX proc 520/91-2 Advª Teresa da Silva Moreira
 Relat Correição 082-1(ER) - Aud 4ª CJM

SUELY MATTOS DE ALENCAR
 Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 062

- APELAÇÃO Nº 46.664-0 - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha.

- APELAÇÃO Nº 46.661-6 - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Aldo Fagundes. Advª Clarice do Nascimento Costa.

- APELAÇÃO Nº 46.653-3 - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Advs Drs Alexandre Lobão Rocha e Elizabeth Diniz Martins Souto.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 300, DE 25 DE MAIO DE 1992

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Telex PR/RS/Nº 65/92, da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, resolve:

Designar o Procurador da República, Doutor LUIZ MENDES SI-MÕES, para acompanhar, como representante do Ministério Público Federal, o inquérito administrativo instaurado para apurar possíveis irregularidades que teriam sido praticadas no âmbito da Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S/A - AGEF, ficando sob o acompanhamento Procurador da República, Doutor NÍVIO DE FREITAS SILVA FILHO, o inquérito administrativo instaurado com o mesmo objetivo perante a Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. EM 18/05/92

899000784-4	RE / 117465
AUTOR	: VALTER BRANDAO
REU	: INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - INPS
899005988-7	RE / 114311
AUTOR	: OSORIO CARVALHO NEVES
REU	: INSTITUTO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DA PREV. E ASSIST. SOCIAL-IAPAS
899008685-0	AG / 131467
AUTOR	: MAGNO MARTINS COELHO
REU	: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
899009182-9	AG / 128863
AUTOR	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REU	: LUIZ CARDOSO DE ASSIS
899009483-6	AG / 128844
AUTOR	: EDUARDO PELLEGRINI
REU	: CONSTANTINO HARATSARIS
909007791-0	AG / 130505
AUTOR	: ARGOS GOMES DE OLIVEIRA
REU	: NEITH DE CARVALHO PALMEIRO
919000343-8	AG / 131154
AUTOR	: LUIZ CARLOS MOREIRA DE BULHOES
REU	: PRODUBAN S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
919000916-9	CJ / 6976
AUTOR	: JOAO GOMES
REU	: NAO INDICADO
SUSCITE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIAO
SUSCDO	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

919000986-0	CJ / 6977
AUTOR	: JAMESON RODRIGUES
REU	: NAO INDICADO
SUSCITE	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIAO
SUSCDO	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
919007098-4	RE / 141939
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: TAMROCK EQUIFAMENTOS LTDA
919007100-0	RE / 141889
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: COPPERSUGAR COMAPNIA AGRO INDUSTRIAL
919007199-9	RE / 141955
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: BIM RESTAURANTES INDUSTRIAS E COMERCIAIS LTDA
919007223-5	RE / 141997
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: ETHICON S/A
919007296-0	RE / 142338
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: METALURGICA GIORGI S/A
919007321-5	RE / 142512
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: SOLIMAO SOCIEDADE LIMEIRENSE DE MAQUINAS LTDA
919007392-4	RE / 142519
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: CONSTRUTORA BRACCO THOME LTDA
919007418-1	RE / 142342
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: CIA LECO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS
919007420-3	RE / 142525
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: PRICE WATERHOUSE SERVICOS DE CONTABILIDADE
919007430-0	RE / 142315
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: MERCK SHARP & DOHME INDUSTRIAL E EXPORTADORA LTDA
929000063-5	RE / 142643
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: ATLANTIS FLORESTAL E AGRICOLA S/A
929000258-1	RE / 142491
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: ALBA QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
929000314-6	RE / 142353
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: ANNELIS DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA
929000381-2	RE / 142825
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: COTIA COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO S/A
929000383-9	RE / 142496
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: CONCRELIX S/A ENGENHARIA DE CONCRETO
929000390-1	RE / 142639
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: RHODIA MERIEUX VETERINARIA LTDA
929000393-6	RE / 142241
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: LPS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/C LTDA
929000400-1	RE / 142553
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: PINHEIRO NETO-ADVOGADOS
929001288-0	RE / 143016
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: DELTA EMPREGOS LTDA E OUTRO
929001290-0	RE / 143087
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: TERRAL COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA
929001302-8	RE / 142768
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: PECUNIA S/A-CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO E FERTICO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
929001344-3	RE / 143141
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: CAPITAL CONSTRUCOES I DRAGAGENS LTDA
929001361-3	RE / 142964
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: SERED INDUSTRIAL S/A
929001415-6	RE / 143061
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: PROCDAS PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA